

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 012

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Cezar Silvestri*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE MARÇO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guima- rães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Car- los Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba- lhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 006/2002

Curitiba, 28.02.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que, nos termos do artigo 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Exe- cutivo a efetuar cessão de uso de um imóvel de sua pro- priedade ao município de Curitiba, com um área de 3.600,00 m2, ou seja (90x40), da área total de 18.565,20 do Lote 09, da Quadra 20, registrada na 5ª Circunscrição de Curitiba, compreendida pela matrícula nº 48.615, sem benfeitorias, situada no bairro de Novo Mundo, à Rua Primo Lourenço Tosin.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletivi- dade eis que, conforme disposições expressas, além de outras referentes a prazo de vigência e retomada pelo Estado que constarão do respectivo Termo, o cessionário deverá utilizar o referido imóvel para instalação de uma Unidade de Saúde e de uma Creche.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova- ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efe- tuar cessão de uso do imóvel de sua propriedade ao muni- cípio de Curitiba, com uma área de 3.600,00 m2, ou seja (90x40), da área total de 18.565,20 do Lote 09, da Qua- dra 20, registrada na 5ª Circunscrição de Curitiba, com- preendida pela matrícula nº 48.615, sem benfeitorias, situada no bairro do Novo Mundo, à Rua Primo Lourenço Tosin.

Art. 2º - Para a cessão do imóvel descrito no artigo 1º constará do seu Termo um prazo de duração de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação desta lei, o qual será utilizado exclusivamente para a instalação de uma Unidade de Saúde e de uma Creche, sendo vedada destinação diversa, sob pena de esta cessão de uso tornar- se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 007/2002

Curitiba, 28.02.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel de pro-

priedade do Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 25.339 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba e pela Escritura Pública de Desapropriação Amigável, lavrada às fls. 014 e 015 do Livro 571-E nas Notas do 3º Tabelião de Curitiba, constituído pelo terreno resultante da unificação dos lotes de nº 10 até 32 de planta Vila Gonçalves, situados no Bairro das Mercês, em Curitiba, composto por uma área de terras de 8.904,60 m2, contendo um prédio industrial em alvenaria, denominado como Canal da Música.

O plano de lei ora proposto consulta plenamente aos superiores interesses da Administração visto que, por encontrar-se o imóvel atualmente, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, criam-se inúmeros e variáveis entraves de ordem administrativa para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná na manutenção do mesmo.

Vale ressaltar que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para as atividades afins a cultura, ligadas à Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, não podendo ter destinação sem efeito, ficando, ainda, tal bem, gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 25.339 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba e pela Escritura Pública de desapropriação Amigável, lavrada às fls 014 e 015 do Livro 571-E nas notas do 3º Tabelião de Curitiba, constituído pelo terreno resultante da unificação dos lotes de nº 10 até 32 da planta Vila Gonçalves, situados no Bairro Mercês, em Curitiba, composto por um área de terras de 8.904,60 m2, contendo um prédio industrial em alvenaria, denominado como Canal da Música.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para as atividades afins a cultura, ligadas à TVE, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta transferência tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, poderá o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, serem revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimen-

tos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e alienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob o nº 083/2002, da senhora Carmem Lúcia Miranda Silveira - coordenadora geral de Convênios, comunicando prorrogação de prazo referente ao Convênio nº 657/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 204/2002, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que trata de matéria atinente ao Tribunal de Contas. **Ao conhecimento da Casa.**

#### Indicação:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que, a partir da presente data, o ilustre deputado Marcos Isfer passa a responder pela Liderança do Partido Popular Socialista - PPS, nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI  
Líder do PPS

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que os Projetos de Lei nºs 008/2002 e 311/2001 sejam anexados, por tratar-se do mesmo assunto (autoriza o Governo do Estado através da Sane-par - Companhia de Saneamento do Paraná, a conceder redução de Taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto de 80% para 50% sobre o montante do valor da fatura de água).

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

##### REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 017/2002

ao Projeto de Lei nº 695/2001, por tratar-se do mesmo assunto (cria o Programa Estadual de Recompensa e dá outras providências).

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor João Dijkstra, ocorrido no dia 5 de março de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa, senhora Nancy Dijkstra, através de correspondência a ser encaminhada à Rodovia PR-151, km 126, CEP 84145-000 - Carambeí / PR.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Damasceno de Lima e Maria Dejanira Santos Lima, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Benedito Ferdinando e Aparecida Chiconato Ferdinando, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compar-

tilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Acyr Roberto Tessaro e Anita Guimarães Tessaro, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Batalhão de Trânsito de Curitiba - BPTran, pela comemoração de seu Jubileu de Ouro - 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Batalhão de Polícia de Trânsito de Curitiba - BPTran, comemorou em data de 28 de fevereiro de 2002 seus 50 anos de fundação - Jubileu de Ouro. Inicialmente comandado pelo primeiro tenente Reinaldo José Machado, surgiu com o nome de 1º Pelotão de Trânsito e possuía apenas 15 homens cedidos pelo 1º Batalhão de Infantaria (atualmente 12º Batalhão da Polícia Militar).

Um ano após a sua formação, o Pelotão passou à condição de Companhia de Guardas de Sinaleiros de

Trânsito e seu efetivo passou a 230 homens. Já em 1995 a Companhia transformou-se em Batalhão de Guardas Sinaleiros de Trânsito, nome que levou até 1964, quando passou a chamar-se Batalhão de Controle de Tráfego (BCT). Somente em 8 de janeiro de 1976 o grupamento recebeu o nome que ostenta até hoje: Batalhão de Polícia de Trânsito. Assim como o nome, a sede do batalhão demorou a ser adquirida. Durante 31 anos o BPTran acomodou-se em instalações alugadas ou emprestadas e em 1983, o Departamento de Trânsito - Detran/PR doou à Polícia Militar o prédio que hoje abriga o Batalhão, no bairro Capão da Imbuia.

Pela comemoração de seus gloriosos 50 anos de fundação, com um inestimável serviço prestado à população do Paraná, receba o Batalhão de Polícia de Trânsito - BPTran (Rua Prof. A. R. Vianna, 411 - Capão da Imbuia - Curitiba / PR), através de seu atual comandante - tenente-coronel Ivan Fonseca, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao diácono permanente senhor Antemar José Alves, ordenado por D. Pedro Fedalto em data de 10 de fevereiro do corrente no município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na data de 10 de fevereiro de 2002 Antemar José Alves foi ordenado diácono permanente, no município de Itaperuçu. A alegria de servir a Deus estampava-se no semblante daquele que muito antes ouviu o chamado de Deus e o atendeu, dedicando parte de sua vida a esse Ministério.

Sem dúvida, servir a Deus demanda abnegação, disciplina na fé e na caridade e, acima de tudo, um amor incondicional por Jesus Cristo, filho de Deus vivo. Mas nada se compara a este santo ofício para o qual muitos são chamados e poucos escolhidos.

Numa belíssima celebração eucarística, na qual irmãos puderam encontrar-se em Cristo, Antemar José Alves recebeu a ordenação das mãos de D. Pedro Fedalto, na presença de amigos, familiares e o povo de Deus que foi levar-lhe seu carinho e preces para a nova caminhada.

Pela ordenação como diácono permanente, receba o senhor Antemar José Alves (Paróquia de São Pedro Apóstolo - Itaperuçu/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao CREA-PR pela realização do Seminário "Ressaca de Matinhos - Futuros Possíveis para o Litoral Paranaense".

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-PR realizou entre os dias 01 e 03 de fevereiro do corrente o Seminário Ressaca de Matinhos - Futuros Possíveis para O Litoral do Paraná.

Numa iniciativa inédita o CREA-PR contribuiu mais uma vez para o bom desenvolvimento do nosso Estado, desta vez com os olhos voltados para o nosso litoral, onde são necessárias ações em todas as áreas.

Durante os 3 dias do seminário, uma ampla discussão foi travada com a presença de técnicos, especialistas e principalmente da população do nosso litoral, representante dos mais diversos segmentos, todos com um só objetivo - melhoria da qualidade de vida, através da solução dos graves problemas que devem ser enfrentados com urgência. Com o tema centralizado na ressaca de Matinhos, diversos outros assuntos foram se desenvolvendo e foi possível não só traçar um perfil do litoral como também buscar as necessárias soluções.

Pela importante contribuição prestada através da realização do Seminário "Ressaca de Matinhos - Futuros Possíveis para o Litoral Paranaense", receba o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-PR (Rua doutor Zamenhof, 35 - 80030-320 - Curitiba/PR), através de seu presidente - engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rassafa, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná - FUPEF alusivos à realização do Workshop "Conservação e Uso Sustentável do Bioma Floresta com Araucária no Paraná: Propostas de Políticas Públicas" que será realizado nos dias 14 e 15 de março do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao coordenador do evento, engenheiro Paulo Roberto Castella, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lothário Meissner nº 3400 CEP 80210-170 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, prefeito municipal de Guarapuava, pelo recebimento do prêmio “Governador Mário Covas”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. prefeito Vitor Hugo Ribeiro Burko.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O prefeito de Guarapuava senhor Vitor Hugo Ribeiro Burko, recebeu em Brasília, das mãos do ministro Pimenta da Veiga, o prêmio “Governador Mário Covas”, instituído pelo Ministério das Comunicações, ao “prefeito empreendedor”.

Guarapuava foi a vencedora na Região Sul e foi um dos cinco municípios do país a receber o prêmio. Mais de 3 mil pessoas entre prefeitos, vereadores e autoridades políticas prestigiaram o evento de entrega do Prêmio, que ocorreu dentro da programação do 7º Congresso Brasileiro de Municípios. Guarapuava foi a vencedora pelo programa Bairros em Ação, que incentiva o empreendedorismo.

É com imenso prazer que redigimos este requerimento para que fique gravado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Enfatizamos nesta oportunidade, a flagrante importância que o município detém, referência agora a Guarapuava com o recebimento deste importante prêmio.

O contato que, diuturnamente, o prefeito municipal exercia junto à população que lhe faz um destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesse do cidadão.

Uma confiança temperada ao prefeito Vitor Hugo Ribeiro Burko por inúmeras experiências em que os homens e mulheres que dão a vida por Guarapuava, podem testar hoje com sucesso a capacidade de solucionar os problemas e vencer os desafios colocados sob a administração municipal de Guarapuava, sempre em permanente transformação.

Parabéns, prefeito Vitor Hugo Ribeiro Burko!

Parabéns, Guarapuava!

“Maria, ao se levantar  
sobre o horizonte do mundo,  
foi como o amanhecer da  
verdade, como o despertar do  
dia da fé”.

(Santo Afonso do Ligório)

#### REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos agricultores de Quitandinha pela felicíssima produção de cebola 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. vereador Walfrido Eduardo Prado, presidente da Câmara para que receba e transmita a todos os demais vereadores, aos agricultores, bem como aos técnicos da EMATER, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As lavouras de cebola no município de Quitandinha, renderam o dobro nesta safra 2002, em relação ao que foi colhido na safra passada 2001. De 15 toneladas por hectare da safra passada, os agricultores de Quitandinha conseguiram alcançar 30 toneladas por hectare nesta produção 2002 - o número é ainda três vezes maior que a média estadual.

Outro fator positivo na produção de cebola de Quitandinha é a qualidade do produto, obtido devido ao uso correto da tecnologia.

Em todo o Paraná, 5 mil agricultores cultivam a cebola. O Estado é o quarto produtor nacional. Na safra 2000/2001, foram colhidas mais de 57 mil toneladas do produto. Para esta safra 2002, a estimativa é de uma produção de 69 mil toneladas.

A verdade é que com a ajuda da assistência técnica dobrou a produtividade para satisfação de todos os agricultores que souberam corrigir com talento e sabedoria as antigas falhas.

Os primeiros homens foram agricultores. Foi seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e, sim à agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como a indústria-mãe.

Já se foi o tempo em que o emperismo reinava. Na época em que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Fiquem, portanto, certos, os senhores agricultores de Quitandinha, que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem se possa entregar.

Registramos este fato, para que fique gravado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“Só os feitos positivos podem marcar a presença do homem na vida.

Passaram-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, sobre tudo pelo bem comum. (professor Venceslau Muniz).

#### REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto

de congratulações às pastoras evangélicas do Estado do Paraná, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, e em reconhecimento pela significativa contribuição à nossa sociedade, prestando relevantes serviços de filantropia e assistência social.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 08 do corrente comemora-se o Dia Internacional da Mulher, data que devemos homenagear especialmente as pastoras evangélicas do Estado do Paraná, que têm auxiliado significativamente a comunidade no intuito de amenizar o sofrimento do povo menos favorecido deste Estado.

Diante da grande desigualdade no tocante ao atendimento das populações carentes, fazendo um profícuo trabalho junto às creches, asilos, orfanatos e outras entidades filantrópicas, merecendo assim, nesta data especial, o registro nos Anais, reconhecendo essa contribuição com a nossa sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de voto de apoio à indicação do professor doutor Oscar Alves para compor a Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

A Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM indicou o nome do professor doutor Oscar Alves para ocupar este importante cargo. O nosso indicado já prestou relevantes serviços à educação à ciência e à cultura brasileira, além de possuir larga experiência política, tendo sido deputado federal pelo Estado do Paraná, entre 1983 e 1987, após ter sido secretário estadual de Saúde e reitor da Universidade Estadual de Londrina.

O Estado do Paraná nunca teve e não tem qualquer membro neste Conselho Nacional de Educação e o Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o processo de recomposição de parte dos seus membros, trata de necessidade de estarem representadas todas as regiões do país.

Requer, ainda, que seja enviado expediente, ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro de Educação, do resultado da deliberação de Plenário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a V. Exa. o encaminhamento da presente proposição à Comissão Mista Temporária de Segurança Pública, da Câmara Federal:

CONSIDERANDO que, conforme vem divulgando a imprensa nacional, a Comissão Mista Temporária de Segurança Pública, para fazer um diagnóstico das causas e dos efeitos da violência no país, e assim poder avaliar a real situação da segurança pública, vai ouvir governadores, secretários de segurança, comandantes de polícia e diretores de presídios;

CONSIDERANDO que o texto constitucional - constante do artigo 144 da CF, "a segurança pública, dever do Estado e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", só se torna concreto através do trabalho de rotina desenvolvido pelos policiais de base e sob o comando de oficiais superiores ou delegados - caso das polícias civil e militar;

CONSIDERANDO que a vivência do dia-a-dia da violência só é vivida pelos policiais que a enfrentam e não pelas autoridades ocupantes de cargos eletivos ou de cargos em comissão - secretários de segurança, comandantes de polícia e diretores de presídios - e que esses não terão condições de apontarem as causas e efeitos da violência porque não as vivenciam e também pelos limites impostos pelos cargos que ocupam;

CONSIDERANDO que a falta de equipamentos, de informatização das polícias, de treinamento e qualificação de policiais, assim como modernização da polícia técnica e científica, que pretende o Plano Nacional de Segurança Pública suprir, só é sentida e vivida pelos policiais que atuam diretamente na prevenção da violência e no combate ao crime:

Pleiteia, na forma de sugestão aos senhores deputados federais que integram a douta Comissão, que incluam no rol daqueles que pretendem ouvir, representantes dos policiais de base, de delegados e oficiais de polícia, como de guardas de presídios.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, o encaminhamento de congratulações, parabenizando o digno prefeito municipal de Santa Helena, pelo recebimento do Prêmio "Cidade Eficiente em Energia Elétrica", nas categorias Educação e Prédios Públicos Municipais, relativos ao ano 2001, conforme justificativa adiante.

Do aprovado, o proponente requer seja dado ciência ao prefeito municipal, senhor Silom Schmidt, por esse extraordinário mérito, no seguinte endereço; Rua Paraguai, 1401, Santa Helena/PR - CEP 85892-000.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ELIO LINO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Administração Municipal e a Eletrobrás - Procel, agraciaram com méritos, o município de

Santa Helena com o prêmio “Cidade Eficiente em Energia Elétrica” pelo projeto apresentado “Experiências de Santa Helena”.

A comunidade santahelenense, localizada na Costa Oeste do Estado, é parte integrante da Associação dos Municípios Lindeiros ao Reservatório do Lago de Itaipu. A proximidade com o reservatório, certamente aflorou uma maior consciência a respeito da crise energética.

Exatamente no ano de 2001, o Brasil foi convocado a economizar energia elétrica. O sul do país, na primeira etapa estabelecida pelo Governo Federal, não foi incluído no plano de racionamento. Mesmo assim o Paraná, voluntariamente, se propôs a colaborar.

Em especial o município de Santa Helena, através de um projeto criado pelo Poder Público Municipal, mostrou que quando o município tem liderança, bom senso e senso de justiça, para com os comandos, tudo é possível. O apelo do prefeito obteve resposta, pois bem antes ainda da crise energética nacional, já projetava o referido município nesse sentido, visando a economia aos cofres públicos municipais.

A diminuição de reserva de água doce, para um futuro não muito distante, será uma questão aflitiva para os governos, especialmente quando se sabe que a energia elétrica - hídrica atende a cerca de 92% dos domicílios do País. Esse dado levou o prefeito a apresentar essa alternativa de economizar energia, na estrutura pública local, haja vista que a nossa energia elétrica, quase em sua totalidade, depende da água. E por se saber que a água é um recurso finito, o assunto do racionamento de energia foi encarado com seriedade no referido município que transformou-se, em consequência, em exemplo para o Paraná e para o Brasil.

O prefeito municipal e sua equipe merecem, portanto, consideração e as congratulações desse Poder Legislativo Estadual, por esse mérito.

Ao homenagear o ilustre prefeito Silom Schmidt, por extensão está se homenageando o extraordinário povo santahelenense, que constróem o belíssimo município, com incansável trabalho e especial amor àquela terra.

#### REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a V. Exa. o encaminhamento ao chefe do Poder Executivo, Jaime Lerner, do seguinte pedido de informações:

1 - Conforme divulgado pelo governo do Estado em junho de 2001, dentro do Plano Nacional de Segurança Pública o governo federal destinou a verba de R\$68,5 milhões para o governo do Estado do Paraná. Do total, duas parcelas, uma de R\$15 milhões e outra de R\$18 milhões, foram liberados no exercício passado. A primeira parcela deveria atender cinco projetos: reequipamento das polícias, treinamento e qualificação de policiais, informatização da Polícia Civil e da Ouvidoria da

Polícia Civil, programa de polícia comunitária e modernização da polícia técnica e científica.

Pergunta-se:

a) Reequipamento: Qual o equipamento adquirido para reequipar as polícias? No que consiste? (especificar espécie e número). Qual o valor da compra? Quais as delegacias e batalhões que foram beneficiados com o reequipamento?

b) Treinamento e qualificação de policiais: No que consiste o projeto? Onde, quando e como foi aplicado o projeto? Qual o custo total desse projeto?

c) Informatização da Polícia Civil e da Ouvidoria da Polícia Civil: Qual o custo total do projeto e quanto já foi aplicado? Quais os equipamentos - espécie e número - foram adquiridos? Em que fase encontra-se a implantação? Quais as delegacias já beneficiadas com a informatização?

d) Programa de polícia comunitária: No que consiste o projeto? Qual o custo total do projeto? Onde foi, ou será, aplicado?

e) Modernização da polícia técnica e científica: Qual o teor do projeto? Qual o custo total do projeto e quanto já foi aplicado? Em que fase encontra-se a implantação desse projeto?

JUSTIFICATIVA:

O presente “Pedido de Informações” visa esclarecer esta casa quanto a aplicação dos recursos destinados, pela União ao estado do Paraná, para investimentos na área de segurança pública, considerando que até a presente data a melhoria prometida pela Secretaria de Segurança ainda não tornou-se visível. A falta de equipamento para Polícia Civil - como viatura, armas, munição, coletes à prova de bala e total falta de recursos, são denúncias divulgadas constante mente pela imprensa estadual, a exemplo da feita pelo delegado do município de Peabiru, Ilson Campaner, publicada no último dia 4. Para poder trabalhar o mesmo obrigou-se a comprar com recursos próprios, os móveis de sua sala, computador e ar condicionado, e, denuncia, os policiais não possuem “munição, coletes à prova de bala, armas apropriadas e viaturas adequadas”.

A denuncia vai além, afirmando que outras cidades da Região Centro-Oeste estão nas mesmas condições, ou seja sem receber investimentos do Estado, caso das delegacias de Araruna e Engenheiro Beltrão, e outras, como Barbosa Ferraz, nem delegado têm. “Os próprios detentos ocupam funções que deveriam ser realizadas por funcionários de carreira”.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente Pedido de Informações ao Exmo Sr. Secretário



de Estado da Fazenda e presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, sobre os valores despendidos com advogados, assessores, custos de cartório e outros utilizados para se concretizar a criação das empresas subsidiárias da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm mui respeitosa-mente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente pedido de Informações ao Exmo Sr. Secretário de Estado da Fazenda e presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, sobre os valores despendidos com todo o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Líder do PPS  
MARCOS ISFER - PPS

#### REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm mui respeitosa-mente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente Pedido de Informações ao Exmo Sr. Secretário de Estado da Fazenda e presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, sobre os valores despendidos com propaganda e empresas de rádio, televisão, jornais e outros meios de comunicação utilizados para divulgar e defender o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, respeitosamente o envio de pedido de informações ao presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a respeito dos contratos e investimentos feitos pela Copel na empresa Nova Holanda Agropecuária, Usina de Lageado e Projeto Tenusa, conforme segue:

01 - Requer seja enviado a esta Casa de Leis cópia dos contratos celebrados entre a Copel e Nova Holanda; Copel e Usina de Lageado; e Copel e Projeto Tenusa;

02 - Requer seja enviada a esta Casa de Leis cópia das Atas das reuniões da diretoria da Copel em que foi

tratado e decidido sobre os investimentos da Copel nos três empreendimentos referidos acima;

03 - Requer seja enviada a esta Casa de Leis cópia do contrato ou protocolo firmado entre a Copel e a extinta Sudam acerca dos investimentos nos três empreendimentos referidos acima;

04 - Qual é o total de recursos investidos pela Copel nos três empreendimentos referidos acima?

05 - O total de recursos investidos pela Copel na Nova Holanda foram repassados direta e integralmente à referida empresa?

06 - Em que data(s) se deu o repasse desses recursos?

07 - Os recursos repassados em moeda corrente brasileira ou na forma de títulos ou papéis do Tesouro?

08 - Os recursos repassados à Nova Holanda Agropecuária se destinavam originalmente a pagar tributos à União?

09 - A Copel possui dívidas tributárias junto à União?

10 - A Copel possui ou já possuiu ações das empresas Agrima Agricultura Industrial de Calcário, Momento Engenharia e Construções e Usimar Componentes Automotivos S/A? Se possui, qual é percentagem em cada uma delas e em que datas foram adquiridas?

11 - Quais outros empreendimentos agrícolas a Copel fez investimentos no Brasil e no Paraná?

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

### Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 176 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1.982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176 - ....

I - voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade:

a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício, em cargos de natureza estritamente policial, se homem;

b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher.;

II - por invalidez;

III - compulsoriamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.”

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

De acordo com o estabelecimento na Lei Complementar Federal nº 51/85, o servidor policial civil tem direito de se aposentar após trinta anos de serviço, desde que conte vinte deles dedicados ao exercício de cargo de natureza estritamente policial. Trata-se, aqui, do reconhecimento da especificidade da função policial, que expõe o seu titular a riscos permanentes. Isso gera imenso stress na vida profissional, podendo comprometer a saúde e mesmo a integridade física do servidor.

E a citada Lei Complementar Federal nº 51/85, se harmoniza, totalmente, com o disposto no parágrafo 4º do artigo 40 da Lei Maior, que determina que a Lei Complementar pode adotar requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, no caso de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física.

Entretanto, o diploma legal foi editado em época na qual o exercício da atividade policial era o monopólio masculino, não incluindo em suas disposições as condições distintas para aposentadoria da mulher, reconhecida em nossa Constituição.

De outra parte, também para seguir o modelo constitucional, mantém-se a igualdade entre os sexos no limite da aposentadoria compulsória.

Além disto estamos atualizando o diploma legal, no que se refere à remissão ao dispositivo constitucional pertinente, antes relativo à Carta anterior, e à substituição do termo servidor policial por servidor público, que é utilizado na constituição vigente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei complementar.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 93/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Jussara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede na Rua Anchieta, nº 490, no muni-

cípio de Jussara é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção social das famílias carentes, em particular a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, através de ações e serviços, promovendo o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.

São objetivos dessa Associação, desenvolver atividades na área de saúde, educação, formação profissional, segurança alimentar e nutricional, bem como reivindicar às autoridades recursos necessários à manutenção dos serviços da APMI.

Tendo em vista os motivos citados, contamos com o apoio dos senhores deputados para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 94/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica determinado o abono das faltas para os servidores públicos que fizeram manifestação pública nos dias 07 de abril de 2000, 06 de abril de 2001 e 30 de agosto de 2001.

Art. 2º - Com o referido abono, as faltas serão retiradas dos assentamentos funcionais e não prejudicarão as promoções diagonais por merecimento, nem qualquer outro direito funcional, devendo, inclusive, servir de parâmetro para a correção de promoção já concedida.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Os dias 7 de abril, de 2000 e 6 de abril de 2001 foram datas nacionais de mobilização em defesa da escola pública.

Já a paralisação de 30 de agosto de 2001, faz parte de uma data histórica dos professores estaduais que, nesse dia, lembram a toda a sociedade o ataque sofrido em 1988, quando ocorreu uma repressão sem precedentes da polícia, na oportunidade em que ao término de uma passeata, buscavam concentrar-se em frente ao Palácio Iguaçu, reivindicando uma negociação com o governador da época.

O presente projeto não trará nenhum prejuízo ao governo, uma vez que não importará em devolução dos descontos já efetuados e as aulas, eventualmente perdidas, já foram respostas.

PROJETO DE LEI Nº 95/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os policiais civis e militares, que prestam serviços públicos na área da segurança pública do Estado,

ficam liberados para prestarem serviços particulares em empresas privadas no horário incompatível ao horário de trabalho dos respectivos serviços públicos.

Art. 2º - Os servidores investidos nessas funções poderão utilizar a farda e o armamento, sob a sua guarda, nos serviços privados.

Art. 3º - A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa vem apenas legalizar um estado de fato vigente no nosso Estado.

É público e notório, facilmente detectável pela imprensa, que muitas empresas privadas, a maioria delas de propriedade de policiais da ativa e da inativa, utilizam os serviços, mediante pagamento, de policiais civis e militares da ativa para os objetivos da segurança privada.

A legislação que ora se apresenta ao Plenário reconhece um estado de fato, passando para um estado de direito.

Também não é nenhuma aberração jurídica porque no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, em governos anteriores, a legislação em apreciação também foi alvo de discussão e aprovação.

Os policiais não podem ficar à margem da lei, e a presente proposição reconhece essa situação causada pelos baixos salários da classe, tendo em vista que respeita o período de trabalho do serviço público das corporações.

#### A PROJETO DE LEI Nº 96/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade de informações, nos rótulos das embalagens de café comercializado no Paraná, da percentagem de cada espécie vegetal de que se compõe o produto.

§ 1º - O produto comercializado no Paraná com o nome de café, independentemente de sua apresentação, somente poderá ser produzido a partir de grãos de espécies vegetais do gênero *Coffea*.

§ 2º - Nos casos em que se utilizarem grãos de plantas híbridas de diferentes espécies do gênero *Coffea*, especificar-se-á no rótulo do produto a participação percentual do híbrido.

Art. 2º - As disposições desta lei aplicam-se ao café torrado em grãos, ao café torrado moído, ao café solúvel e a todas às demais formas em que o café, destinado ao consumo humano, puro ou em mistura com outros produtos alimentícios, seja comercializado no Brasil.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, adotam-se as seguintes definições:

I - Café torrado em grão: é o endosperma beneficiado do fruto maduro de uma ou mais espécies do gênero *Coffea*, submetido a tratamento térmico adequado, até atingir o ponto de torra escolhido;

II - Café torrado moído: é o café torrado em grão submetido a adequado processo de moagem;

III - Café solúvel: é o produto resultante da desidratação do extrato aquoso obtido exclusivamente do café torrado, através de métodos físicos, utilizando água como único agente extrator;

IV - Para os efeitos desta lei, entende-se por espécies do gênero *Coffea* as espécies "*Coffea Arábica*" e "*Coffea Canephora*".

a) A espécie *Canephora* será referida no rótulo, de acordo com as variedades conhecidas como "*Robusta*" ou "*Conillon*".

b) A espécie *Arábica* será referida no rótulo com este próprio nome.

Art. 4º - O regulamento desta lei estabelecerá, entre outros aspectos, os requisitos relativos a características sensoriais, físicas, químicas e microbiológicas, acondicionamento e higiene, os teores máximos de impurezas ou contaminantes admitidos, os planos de amostragem e os métodos de análise a serem observados.

Art. 5º - Constará das embalagens de todo o café comercializado no Paraná um selo de qualidade emitido pela produção, através da Associação Paranaense de Cafeicultores - APAC, com a fiscalização da Emater-Paraná e aprovação técnica, através de laudo laboratorial a ser fornecido pelo Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI

HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Emater-Paraná vem nos últimos anos realizando um trabalho de conscientização e assistência técnica junto aos cafeicultores paranaenses, através do programa "*Café Qualidade Paraná*", com cursos, dia de campo, palestras, encontros e várias ações conjuntas com o Iapar e Secretaria de Agricultura.

A qualidade do café do Paraná, hoje pode ser considerada excelente, pois 68% do café produzido na safra de 2000, teve a bebida considerada "*Duro*" e "*Mole*" o que significa café de alta qualidade. Porém, todo esse esforço e dos cafeicultores paranaenses ficam perdidos, devido a diferenciais de preços com cafés de outros Estados e que não se justificam e, ainda, temos a importação de outros estados de café *Robusta/Conillon*, que não tem

qualidade igual ao nosso café Arábica que é produzido no Paraná e que tem sabor, aroma, paladar acentuado e baixos índices de cafeína. O café Robusta/Conillon deprecia a qualidade da bebida e assim todo o nosso esforço é perdido, pois o consumidor baixa o consumo e o preço é depreciado.

O “Blend” ou mistura dos cafés não deve ser proibido, mas sim identificado ao consumidor através de rótulo que orientará o consumidor que passa a saber o que está bebendo e o porquê do preço.

Para o Paraná é importante a rotulação do café, pois nosso produto seria valorizado e, certamente, o consumo aumentaria, acabando assim o diferencial de preços com outros Estados e a qualidade do café do Paraná seria integralmente repassada ao consumidor, diminuindo a importação de cafés de baixa qualidade (Robusta/Conillon) e aumentando o consumo. O trabalho dos cafeicultores seria recompensado, agregando renda ao produto.

A rotulação, proposta através do presente plano de lei, fará com que o produto oferecido ao consumidor seja segmentado, facilitando a identificação pelos consumidores.

Para exemplificar melhor, usar café Robusta/Conillon adicionado ao Café Arábica seria o mesmo que dizer: para fazer mais bolinho de bacalhau, basta adicionar mais batata” e o mesmo se aplica para o café, para se fazer mais café, basta adicionar mais Robusta.

Como sabemos, as duas espécies de café que são o Arábica e o Canephora (Robusta/Conillon), são diferentes até mesmo em sua genética, onde o Arábica tem 44 cromossomos e o Robusta Conillon tem 22 cromossomos, além das outras qualidades já citadas.

Com referência ao selo de qualidade, referido no artigo 6º, cabe frisar que em todo o mundo os produtos primários detêm o referido selo de qualidade e de origem dos produtos comercializados. Há a necessidade de laudo técnico laboratorial para comprovação das especificações contidas no rótulo. Vale dizer que a rotulação é a rastreabilidade do produto que chegará ao consumidor.

O Paraná certamente, com a aprovação deste projeto, será pioneiro no mundo e passaria a ser referência nacional e mundial, pois o consumidor de todo o mundo seria beneficiado. Hoje há uma produção exagerada de café Robusta e cada vez mais vem aumentando a adição deste café nos “Blends”.

Sintetizando: A obrigatoriedade de especificação determinada pelo presente plano de lei, nos rótulos de embalagens de café comercializadas no Paraná, da porcentagem de cada espécie vegetal de que compõe o produto, resultará em diversos benefícios aos consumidores e cafeicultores, tais como:

a) proporciona ao consumidor importante informação sobre a composição do produto que ele vai adquirir;

b) promove a segmentação do mercado, com diferenciação e diversificação de mercadoria e, por via de consequência, reflexos políticos sobre a qualidade do

produto, maior adesão do consumidor e nos preços recebidos pelos consumidores;

c) incentiva a melhoria qualitativa da produção, visa o desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva, melhorando a renda dos setores produtivo, exportador e da balança comercial.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, para o qual, solicitamos o devido apoio dos nobres pares.

## PROJETO DE LEI Nº 97/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Monte Sião de Paranaguá - PR, com sede à Rua Londres, 81 - Parque Agari, na cidade de Paranaguá-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) CA ÍTO QUINTANA

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Monte Sião de Paranaguá-PR, pessoa jurídica de direito privado, com CGC nº 02.427.671/0001-69, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Paranaguá, sob nº 2459, Livro A-10, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover a prática esportiva principalmente com pré-adolescentes e adolescentes visando auxiliá-los no seu desenvolvimento físico, bem como na sua formação ética moral e religiosa.

Outrossim, a mencionada Associação preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública, como se pode observar da inclusa documentação.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que objetiva facilitar os trabalhos da referida associação.

## PROJETO DE LEI Nº 98/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do município de Farol/Paraná, denominado “Pernil à Pururuca”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa instituir no calendário de eventos do Estado do Paraná, o prato típico do município de Farol/Paraná, denominado “Pernil à Pururuca”.

O prato oficial a que alude o referido projeto é preparado anualmente por ocasião da realização da Festa Regional do Pernil à Pururuca, o qual consta do calendário de eventos municipais, cujo objetivo é promover o turismo local e regional.

A Festa do Pernil à Pururuca de Farol é regionalmente conhecida, fazendo com que o turismo seja intenso na região, beneficiando não só o referido município como parte da região Noroeste.

Diante do acima exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta propositura.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhora e senhores parlamentares.

Ponta Grossa, na manhã de hoje, através dos seus meios de comunicação, principalmente a Rádio Tropical, falava do escândalo nacional da Sudam, com ramificação a este Estado e também com identificação da região dos Campos Gerais, algumas pessoas com investimentos em um projeto chamado “Nova Holanda”.

Tivemos nessa notícia de que alguma coisa realmente, não só a candidata do PFL à Presidência da República e seu esposo, e principalmente alguém ligado com as áreas de governo do nosso Estado, tem ramificação, ilustre deputado Neivo Beraldin, com diversas empresas do nosso Estado.

Acredito que esse assunto, nobre presidente e senhores deputados, irá fazer com que o nosso Paraná, principalmente algumas figuras do nosso Estado, e algumas empresas realmente se identifiquem dentro daquilo que está sendo apurado através da Polícia Federal e principalmente de organismos da justiça que procuram coibir aquilo que aconteceu e identificar os culpados naquele escândalo da Sudam.

Queria deixar em aberto esta questão e voltaremos no assunto logo que a revista que nesta semana a nível nacional já entrou no assunto e acredito que em edições futuras, tanto a Veja, como a Época, como a Isto É, estarão se aprofundando dentro daquilo que realmente irá identificar as ramificações paranísticas no escândalo da Sudam.

Mas o que eu quero, senhores parlamentares, é endossar aquilo que falou o ilustre deputado Algaci Tulio, na segunda-feira, no dia de ontem, o deputado Orlando Pessuti, sobre a greve dos funcionários da Secretaria de Agricultura. São os médicos veterinários, os agrônomos e os funcionários de um modo geral que estão reivindicando melhores condições de sustento às suas famílias e de vivência a si próprio com aquele recurso que eles recebem através do vencimento.

Quero estender esse apelo do Algaci Tulio, do Pessuti à nossa Casa e à nossa Mesa Executiva, que eu acre-

dito nos jornais, compromisso assumido pelo deputado Nelson Justus, compromisso ratificado pelo atual presidente Hermas Brandão, pela mesa Executiva, do Plano de Cargos e Salários desta Casa. Haverá esta Mesa de marcar a sua passagem nesta Casa, não somente com a beleza do nosso jardim, com a indumentação do nosso Plenário, com a arquitetura moderna que foi implantada na Casa de um modo geral, mas como também vestindo uma nova roupagem aos funcionários sacrificados há mais de uma dezena de anos que aqui se encontram.

Tenho a certeza absoluta de que esta Mesa Executiva haverá de deixar marcada a sua passagem pelo lado social, e principalmente, pela responsabilidade que possui de dar uma condição pela qual os outros Poderes, tanto Executivo quanto Judiciário já o fizeram para com seus funcionários, faltando tão somente o Poder Legislativo devolver uma condição humana, de sobrevivência, àqueles que sustentam este Poder.

Obrigado, senhor presidente, obrigado senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta semana é uma semana importante, em que se comemora, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Nós sentimos que, após a Revolução Francesa, em 1789, as mulheres passaram de uma forma bem significativa a assumir o seu papel na sociedade. Digo isso porque realmente sentimos, os dados demonstram, que a mulher realmente vem buscando este espaço. Agora sentimos que a discriminação da mulher ainda é grande.

Falando nisso, eu cito dados do IBGE que coloca que nós mulheres, no Brasil, somos 51% da população e também representamos 40% da população economicamente ativa. Mas a média salarial da mulher fica em torno de 3,5 salários mínimos. Neste sentido a média salarial do homem é de 6,3 salários. Isso falando da mulher e do homem brancos! Se falarmos da mulher negra, a discriminação que existe é ainda maior, a média salarial da mulher negra é de 1,7 e do homem negro é de 2,9. Sentimos inclusive que a discriminação é ainda maior na pessoa negra, porque o homem negro recebe menos que a mulher branca.

Sentimos a grande diferença e a grande discriminação que existe na questão da mulher, quando se fala com relação ao trabalho. Se pegarmos os dados dos trabalhadores domésticos, temos 74% que trabalham sem carteira assinada, dos trabalhadores domésticos 92% são mulheres, apenas 7% são homens. Nesse sentido também gostaríamos de citar que a mulher vem conquistando o seu espaço, principalmente o seu espaço de trabalho, mas realmente tem muitas coisas que ela ainda precisa vencer, muitos tabus, muitos preceitos e esta exploração que existe, na questão da mulher.

Se pegarmos os dados da violência, estes nos assustam ainda muito mais, e nós falamos que a violência se manifesta de várias formas: uma é a questão do analfabetismo onde nós, mulheres, representamos 2/3 do analfabetos. Se pegarmos a questão da pobreza, da população que vive em miséria absoluta, então nós mulheres representamos 70% da população que vive em miséria absoluta!

A violência que mais assusta as mulheres, é a violência do espancamento, a violência do assassinato. Infelizmente nesta semana que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, lemos no jornal Gazeta do Povo, de hoje, a matéria em que foi encontrada a 12ª mulher morta em Almirante Tamandaré, numa série de assassinatos com a mesma sequência, mulheres na faixa de 35 a 40 anos, que tem sido encontradas mortas, todas praticamente nas mesmas condições.

Isso nós lamentamos, e infelizmente nós precisamos, realmente fazer uma luta muito grande para combater a violência que ocorre, a violência que existe contra a mulher. Principalmente esta: a violência física, a violência do assassinato, aonde muitas mulheres têm perdido sua vida de uma forma trágica.

**(Passa a usar o Horário destinado à Liderança do PT).**

Se analisarmos nossa história e a trajetória política da mulher, nós sentimos que conseguimos, conquistamos o direito do voto em 1932, mas nossa participação ainda é bastante fraca. Temos, no Congresso nossa representação de apenas 6,5%. Aqui no Paraná temos 54 deputados e apenas duas mulheres. Significa que não chega a 4% a representação feminina.

Mesmo assim, para nós mulheres, a política é ainda um desafio. E precisamos vencer este desafio. Precisamos participar cada vez mais. E isto não depende, simplesmente, só das mulheres. Depende muito também, dos próprios partidos políticos. Hoje, temos uma lei que garante os 30% da participação das mulheres, mas percebemos que muitas vezes elas são simplesmente usadas para fechar as vagas, cumprir com o que diz a lei. Mas, não existe a priorização para que a mulher, realmente, seja uma candidata igual ao homem, igual a qualquer candidato, para que ela possa realmente, exercer um cargo político. Então, é um desafio grande que nós mulheres temos a conquistar. E claro, vai depender muito da compreensão dos homens, que já vem participando, que se considera o processo normal da política, a presença do homem. Por isso, é um desafio muito grande.

Falando em nome do Partido dos Trabalhadores, como Líder do PT neste momento, quero parabenizar todas as mulheres que trabalham nesta Casa, todas as mulheres do nosso Estado do Paraná, pelo nosso Dia Internacional da Mulher, principalmente estas mulheres que se desafiam, que buscam sua participação na sociedade, que lutam, que querem e que sonham com um

mundo melhor, com uma sociedade mais justa, mais humana, com uma sociedade igualitária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Marcos Isfer.

o SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós assistimos, ainda no início do ano, uma série de anúncios através da mídia, nos principais canais de televisão, nos principais jornais deste Estado, que os servidores públicos poderiam ficar muito tranquilos porque o seu problema de saúde estava resolvido. O Governo anunciava, naquele momento, que iria dispendar 80 milhões de reais para garantir, neste ano de 2002, a saúde dos servidores públicos.

Eu gostaria de alertar que já estamos no mês de março e não vimos nenhuma providência ser tomada. O que nós estamos sabendo é que muitos servidores que a duras penas, porque há muitos anos não têm reposição salarial, vinham pagando fundos de saúde privada para ter sua assistência médica através de Unimed, Amil, outras entidades. E quando tiveram esta notícia, ainda em janeiro, imediatamente desvincularem-se de seus planos, porque estariam assistidos pelo governo. A partir de então, teriam todo o respaldo do governo, teriam a rede médica que iria atendê-los, através de um hospital que seria contratado.

Os, senhores! Estas pessoas perderam a carência dos seus planos de previdência. Essas pessoas hoje não dispõem mais do IPE, que foi sucateado. Essas pessoas estão passando por uma série de dificuldade e, pasmem os senhores, o servidor público ou aposentado, hoje que se dirige ao IPE, em busca da saúde, o que encontra, efetivamente, é uma recomendação dos médicos do IPE para que ele procure um posto da prefeitura municipal, aonde ele poderá ser atendido.

Senhores, quando se fala através da mídia, que se vai tomar determinadas medidas, é necessário que essas medidas no mínimo já estejam sendo implantadas, senão isso se transforma numa grande balela. A população, e principalmente os servidores públicos, neste momento, que já vinham passando uma séria dificuldade, que já não tinham o apoio do IPE, que estava sucateado, que se desfizeram dos seus planos privados, porque os senhores sabem o que significa hoje, no contra-cheque de um trabalhador, de um servidor, 80 reais, 90 reais, apenas para si e, para o restante da sua família nem vamos falar.

Quando tiveram essa notícia por parte da mídia cortaram os seus planos, deixaram de pagar.

Como é que ficam esses milhares de servidores, professores, enfim, todos aqueles que fazem com que o governo, com que o Estado do Paraná, possa funcionar, e bem funcionado?

Parece-me que há uma falta de respeito com o servidor público! Há uma grande propaganda enganosa sendo veiculada, mas principalmente, deveria haver o respeito à população, à comunidade paranaense, ao servidor público paranaense, que sem sombra de dúvida é quem constrói esse Estado, juntamente, com a nossa iniciativa privada.

Da mesma forma como se vê hoje, os funcionários da SEAB, se perguntam: O que é que está acontecendo? Está acontecendo é justamente isso, a falta de respeito para com os servidores, a falta de respeito no uso de uma mídia! Gostaria de perguntar: quanto será que se gastou apenas para anunciar que essas medidas seriam tomadas? Quando será que foi gasto em mídia?

Já poderiam ter realizado a licitação, já poderiam estar com a saúde dos servidores garantidos!

O que nós todos sabemos, que é plano eleitoreiro, que só funciona esse ano, nessa eleição.

Tudo isso o servidor público sabe, a população sabe, mas ele espera que esse mínimo anunciado nos canais de televisão seja cumprido. Se nem isso for cumprido, efetivamente, nós estaremos vendo um grande estelionato eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente e senhores deputados.

Fiquei pensando o que existe de incomum entre o Paraná e o Estado do Maranhão. Imaginem inicialmente que pudesse ser o fato de a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, ser do mesmo partido do governador do Paraná, Jaime Lerner. Existem profundas diferenças entre o Paraná e o Maranhão. O Paraná é o sexto Estado da Federação, uns dos PIBs mais desenvolvidos e o Maranhão é um dos Estados mais pobres do Brasil, dos indicadores mais negativos do País.

Por outro lado o governador do Paraná, Jaime Lerner tentou ser candidato a presidente da República e, toda vez que os Institutos de Pesquisa colocaram os seus nomes nas pesquisas, foi um verdadeiro fiasco, praticamente, um risco.

A governadora do Maranhão em que pese governar um Estado paupérrimo, hoje segundo as pesquisas, está aí pontecendo a liderança, na disputa da presidência da República.

Então, são poucas as coincidências ou existe pouca coisa em comum entre o Paraná e o Maranhão, mas nós descobrimos uma coisa em comum entre o Paraná e o Maranhão.

A imprensa divulgou hoje que o Estado do Paraná está envolvido com uma maracutaia que tanta perplexidade causou no País, envolvendo o governo do Maranhão. Há dias atrás a Polícia Federal apreendeu documentos na firma do marido da governadora do Maranhão, e por isso a política brasileira entrou em ebulição e

de repente nós, aqui do Paraná, que não tínhamos nada a ver, estamos envolvidos também neste problema: a picaretagem, esta picaretagem, também sobrou para o Paraná!

Na verdade, senhor presidente, senhores deputados nós ficamos pensando, toda a obstinação governador Jaime Lerner de vender a Copel, e nós já sabíamos a sua vontade, a sua desdita, mas cada vez mais a sua compreensão vai tendo nitidez de função na história macabra que envolvia a Copel.

Se não bastasse as parcerias mal explicadas até hoje por aquela companhia de energia elétrica, favorecendo aos amigos do rei, se não bastasse os escândalos envolvendo a Copel e a empresa CR Almeida; escândalo envolvendo a Copel e a Sercomtel e a Prefeitura de Londrina, se não bastassem as aposentadorias fraudulentas feitas na Copel, se não bastasse, aparece o negócio lá no Maranhão, envolvendo a sua governadora, que está hoje disputando ponto a ponto com o candidato da Oposição nas pesquisas de opinião pública, envolvendo a Copel numa maracutaia que teve repercussão no Brasil inteiro.

Segundo a imprensa, a firma que está envolvida com a empresa de propriedade pertencente ao senhor Jorge Murad, marido da candidata à presidência, Roseana Sarney, por nome de Lunus Participações, tem como sócia a Nova Holanda, uma empresa de paranaenses, e que recebeu da Copel a bagatela de 24 milhões e novecentos mil reais.

**(Passa a usar o horário do PMDB)**

Uma ajudinha, para ajudar esta empresa que fica no Maranhão!

Além destes 24 milhões e 900 mil que a Copel contribuiu com a empresa Nova Holanda que segundo a imprensa tem os seus proprietários aqui no Paraná e que nós precisamos ficar sabendo quem são esses abnegados que recebem milhões de reais a fundo perdido e o governo que não tem dinheiro para dar aos funcionários públicos, que cobra pedágio nas rodovias, que se perde nos seus desatinos, que coloca 40 milhões de reais numa empresa do Maranhão, hoje é denunciado pelo Brasil afora num esquema de lavagem de dinheiro e de picaretagem!

Por isso, senhor presidente, são coisas em comum que une o Paraná ao Estado do Maranhão. Com tantas diferenças, um Estado paupérrimo, com uma candidata liderando as pesquisas de opinião pública, e aqui um gigante da federação, que teve o seu governador tentando viabilizar o seu nome e que passou uma vergonha quando colocava seu nome nas pesquisas de opinião pública, um verdadeiro fiasco, mas que, infelizmente, tem sociedade em negócios escusos. E o Paraná aparece parceiro do Maranhão em negócios escusos, em dinheiro aplicado irresponsavelmente!

Pasmem, senhores deputados, até vi um dos proprietários da empresa Nova Holanda, vi seu sobrenome. E, de repente, já me veio à cabeça um alto funcionário do Governo do Paraná com o mesmo sobrenome!

Precisamos esclarecer mais este escândalo do governo Jaime Lerner, que vem completar esta lista infundável de maracutaia praticada por este governo que aí está, governo marcado por atos que desabonem a conduta de um homem público.

Iremos apresentar nesta Casa um pedido de informações para saber a parceria do governo do Estado, através da Copel, com o governo do Maranhão, para saber onde foi que a Copel aplicou estes 40 milhões de reais. E aí o secretário da Fazenda emite uma nota e diz: “sim, 40 milhões de reais, mas não é dinheiro da Copel, é dinheiro de incentivo do Governo Federal...”. Como se não fosse dinheiro público! Dinheiro de imposto, que paga os nossos salários, que paga os salários dos professores, que, por sinal estão há sete anos sem receber nenhum tipo de reposição salarial, salário que paga a merenda que as crianças consomem na escola. De onde é este dinheiro?

Dinheiro dos impostos que o presidente da Copel, que o secretário da Fazenda diz: “Ah, é dinheiro de incentivo fiscais: A Copel teria que pagar isso ao Governo Federal. Assim, a Copel investiu lá no Maranhão.”

É assim que o Paraná é governado!

É desse jeito que há sete anos esse Estado está sendo governado!

Senhores deputados e povo do nosso Estado.

É nessa história que temos que colocar um fim! É nessa história que temos que dar um basta! A governos irresponsáveis que usam o dinheiro público na forma mais leviana possível! Precisamos acabar com esta farra, com esta desdita, com esta irresponsabilidade do dinheiro jogado pelo buraco da irresponsabilidade, da infâmia e da incompetência!

Iremos apresentar um requerimento nesta Casa pedindo informações para sabermos quem são os paranaenses abnegados que recebem quarenta milhões de reais para investir no Maranhão, numa fazenda abandonada, para plantar alguns hectares e uva, de trigo e milho, lá no Nordeste brasileiro!

Vamos fazer. Esperamos ter a resposta, que é a resposta que o povo do Paraná precisa.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Hidekazu Takayama.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Senhor presidente, companheiros desta Casa.

Vou dividir meu pronunciamento em duas partes: primeiramente, comunicar aos nobres companheiros, que ontem dei entrada num projeto de lei que na verdade, é uma correção, um ato de justiça que se faz ao município de Guaíra, ao qual represento com muita alegria e orgulho.

Estamos entrando, senhor presidente, com um projeto de lei solicitando a destinação de 20% dos recursos arrecadados na cobrança de pedágio da ponte sobre o Rio

Paraná, construída ali por este Governo do Estado, para o município de Guaíra. E explico as razões:

Todos sabemos que a ponte Airton Senna da Silva, construída pelo governo do Estado, veio trazer o desenvolvimento e progresso à região. Mas, há de se lembrar, que a população de Guaíra e da região pagou um preço muito alto para a construção do progresso através da Itaipu e outras obras, que vieram provocar na região, entre outras coisas, a perda irreparável, o desaparecimento do Salto das Sete Quedas.

A construção da ponte, também provocou, através do bombardeamento, do derrocamento das margens do rio, a queda na produção dos pescadores.

Tudo isso veio trazer um prejuízo muito grande na arrecadação do município e no emprego, no desenvolvimento da população.

A verdadeira obra da natureza, que foi o Salto das Sete Quedas, era causa de desenvolvimento do município e de toda região. O turismo, até então, era a força propulsora da economia regional. Porém, tudo isso definhou com a construção do lago destinado à geração de energia.

Mesmo com os royalties, elas não condizem com os valores até então arrecadados e não conseguem fazer frente à realidade local.

Diante disso, este projeto, senhor presidente, visa corrigir, equacionar as necessidades do município e as possibilidades econômicas da região.

A construção da ponte é uma dessas realidades, que poderá servir, e muito, com o fator do desenvolvimento na geração do emprego. Por outro lado, vai contribuir para fazer, em curto espaço de tempo, recursos a serem arrecadados com essa cobrança efetiva do pedágio dos usuários.

Mas, num ato de justiça, através de estudos técnicos que indicam que o município poderia participar desses 20% da receita bruta arrecadada, investida em áreas de fomento econômico, na geração de emprego, para ajudar nesses setores sociais. Dada a importância desse projeto de lei, peço a todos os companheiros desta Casa, a aprovação.

Na segunda parte do meu pronunciamento, senhor presidente, gostaria de lembrar aquela frase famosa: “o maior cego é aquele que não consegue enxergar”. Estamos hoje, diante de um quadro novo no Estado, obras por todo o Estado.

Notícias a nível nacional colocam o Paraná sempre, entre os estados que mais fizeram a lição de casa, mais proporcionaram crescimento, e agora vem a notícia de que o Estado do Paraná é o primeiro na geração de empregos industriais.

O Estado, segundo as fontes de informações, as pesquisas, gerou 22.677 empregos no ano de 2001.

E, de acordo com o Ministério do Trabalho, isso equivale a 22% de todos os postos de trabalho criados no setor industrial brasileiro, no ano passado, senhor presidente!



E o resultado então mostra que a política de atração de investimento do nosso Governo do Estado, rende bons resultados e garante à nossa população.

Para concluir, senhor presidente, só posso aqui ficar satisfeito de ter ajudado a participar do programa de governo que aí está.

Outras questões, como no campo da educação, foi o Estado que mais investiu. Só o setor das universidades estaduais do Paraná, recebe em torno de um milhão por dia. Se está havendo essa greve, deve ter algum cunho político, porque não é possível as universidades receberem tanto quanto arrecadam as particulares e não conseguem gerenciar!

Há uma “caixa preta” ali, que o governo não consegue decifrar e as atuais direções não conseguem oferecer, ou não querem oferecer, a todos nós que estamos pedindo.

No setor da segurança, estávamos fazendo um cálculo, foram quase quatro mil viaturas entregues.

Se comparar com os governos anteriores, houve governo que não ofereceu nenhuma viatura.

Então, tudo isso me faz ficar satisfeito de saber que, com a consciência tranquila, tenho dado apoio ao atual governo, que tem procurado fazer o melhor pelo nosso Estado, senhor presidente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

Antes porém, queremos registrar a presença do vice-prefeito de Mercedes, senhor Günther Radol (*sic*).

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Que sejam as nossas primeiras palavras, de esperança deputado Ângelo Vanhoni e demais companheiros rubro-negros, de que no dia de hoje possamos restabelecer a ordem e a paz no nosso glorioso “furacão paranaense”, e campeão brasileiro da última temporada. Que possamos harmonizar as coisas, meu amigo Nelson Justus, não só dentro das 4 linhas, mas, principalmente, harmonizar aquilo que de ruim está acontecendo nos bastidores.

Mas eu venho à tribuna nesta tarde, senhor presidente, para anunciar que estão entre nós, sentados ali no Comitê de Imprensa, onde vão conversar daqui a pouco com os dignos jornalistas que atendem a Assembléia Legislativa, a Aline Camargo que é vice-presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas e o Igor Bruno que é presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

E ambos vêm a esta Casa, aqui estiveram ontem já conversando conosco, para, não só conosco, mas também com os demais parlamentares que estão cuidando diretamente desse caso, deputados Ribas Carli, Divanir Braz Palma, Eli Ghellere, que acompanham nesta Casa a tra-

mitação do projeto do deputado à época, Edgar Bueno, que trata da reserva de vagas destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas, que são os projetos da minha autoria, do deputado Ribas Carli e do ex-deputado Edgar Bueno. E os projetos que tratam da restrição de vagas a alunos de outros Estados, que é o projeto do deputado Divanir Braz Palma e a mensagem do governador Jaime Lerner, estando esta restrição no conjunto de medidas que se propõe o governo adotar na reforma universitária, na modificação dos procedimentos com relação às universidades.

Entendo ser importante que façamos essa discussão com a presença da Aline, com a presença do Bruno, que são lideranças; a Aline, aqui no Estado do Paraná, ele, no Brasil como um todo, é evidente que os dois em seus Estados e no Brasil são lideranças. E traz a nós o Igor Bruno, a informação de que no Mato Grosso, no Piauí já foram aprovados projetos instituindo essa reserva de vagas para os alunos oriundos de escolas públicas, e que no Rio de Janeiro, além de já ter sido aprovado, já foi regulamentada esta lei e já está sendo realizado vestibular onde a reserva de vagas foi estabelecida.

Então, é importante que nós, que desde 1999 estamos com o Projeto nº 652 tramitando nesta Casa, que já tivemos oportunidade de, no Paraná, realizar congressos, reuniões e aqui na Assembléia, nas comissões todas, tramitar esse projeto e tê-lo aprovado já em 1ª discussão aqui no Plenário da Casa. Que nós possamos, na próxima semana, como estamos idealizando no dia 13, quarta-feira, pela manhã, realizarmos uma reunião com os deputados Pessuti, Divanir Braz Palma, Ribas Carli, Eli Ghellere e evidentemente os demais deputados interessados, para que nós possamos, junto com a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, junto com a União Paranaense de Estudantes Secundaristas, definirmos uma estratégia que passa pela realização de uma audiência pública a ser realizada também nesta Casa, no dia três de abril, quando teremos a manifestação dos mais diferentes setores como estudiosos, sociólogos, educadores do Brasil.

Inclusive para demonstrar a importância e a necessidade que nós temos de, ao assumirmos o compromisso de valorização da escola pública de 2º grau, do ensino fundamental, nós também termos esse compromisso com a escola pública de 3º grau, como sempre já demonstramos e aqui registro inclusive a presença do professor Cesar e demais, a presença do professor Romeu, que é presidente da APP, que poderão juntos conosco debater essa questão da reserva de vagas para os alunos oriundos da Escola Pública, a restrição de vagas para aqueles que de outros Estados vêm para o Paraná estudar e desta forma construirmos uma proposta aberta, uma proposta dinâmica, onde fica evidenciado o nosso compromisso com a escola pública seja ela de 3º, de 2º ou de 1º grau, mas que façamos isso de forma a permitir que se reverta a situação onde hoje sabemos que no Paraná a maioria dos que comparecem para frequentar uma escola pública,

seja ela federal ou estadual, não tem origem na escola pública de 2º grau.

Então, é necessário que façamos, sim, essa discussão. Já adiamos por muitas vezes essa discussão na Assembléia, mas é chegado o momento de fazermos e vamos iniciar essa caminhada hoje com a presença da Aline, com a presença do Bruno, que são, a Aline da Upes, o Bruno da Ubes, e juntos vamos fazer realmente uma caminhada, porque afinal de contas é necessário que a presença do estudante exista e esteja presente na discussão desses projetos.

Ainda ontem o nobre deputado Antonio Carlos Belinati, que estava a relatar o projeto de autoria do deputado Ribas Carli, requereu e foi aprovado pela CCJ que o mesmo fosse anexado ao nosso projeto e ao projeto do Edgar Bueno para que os três possam caminhar juntos. E sei que também será esta a decisão da Comissão Executiva de anexar a Mensagem do Governador ao projeto do deputado Divanir Braz Palma, e depois, nós reunidos, aqueles que estão a propor a restrição de vagas e aqueles que estão a propor a reserva de vagas para os oriundos de escolas públicas, que possamos construir um único projeto, onde o autor não seja mais o Pessuti, o Ribas Carli, o Divanir, o Edgar Bueno, o Eli ou o governo, mas que sejamos todos nós, os deputados da Assembléia, a construir essa proposta, onde todos os nossos estudantes, onde toda a nossa gente possa realmente ter a sua oportunidade e o seu espaço.

Muito obrigado à Aline, ao Bruno, pela presença. Nós vamos depois, evidentemente, conversar com os nossos companheiros da imprensa aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana que passou, eu ocupei a tribuna para comunicar à Casa de que tínhamos uma solução para o transporte coletivo de Curitiba e da região metropolitana, usando os trilhos que já existem e que cortam Curitiba e a região, com mais de 100 quilômetros.

Pois bem, hoje à tarde, segundo a CBN, o prefeito de Curitiba encomendou um estudo para que ele possa retirar os trilhos que cortam a nossa Curitiba, a nossa Região Metropolitana, a fim de que se faça uma via urbana ou coisa parecida.

Eu dizia que com 10% do que o prefeito de Curitiba pretende investir no metrô, seria possível fazer um transporte de massa da região metropolitana, favorecendo um milhão e meio de pessoas e com um investimento de 70 milhões de dólares, visto que a Prefeitura de Curitiba quer fazer os 13 primeiros quilômetros por 272 milhões de dólares.

Pois bem, lançaram dúvidas, falaram que não é possível o transporte elétrico, e eu vou então, relatar algu-

mas evidências e algumas experiências já vividas, e que já estão em prática em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Vejam que não estamos propondo algo inédito para o Brasil e nem para o mundo, estamos sim, nos contrapondo a projetos faraônicos que demandam enormes empréstimos internacionais e que no caso do metrô de Curitiba vai endividar cada cidadão do município em mais de 30 mil reais.

Então vejamos o que tem em Porto Alegre: sistema de abastecimento elétrico de tração, que é responsável pela alimentação elétrica para a movimentação dos trens, é composto por sustentações transformadoras, retificadoras, capazes de rebaixar convenientemente a energia em alta tensão. Recebida da concessionária, a energia elétrica é tão ratificada através de ratificadores para que esteja à disposição para o transporte do trem. A energia elétrica é distribuída ao longo de toda uma metróvia através de condutores elétricos aéreos para alimentar os motores elétricos dos trens. Número de estações: 04. Potência total instalada: 40 megawatts. Tensão:..... . Subestações: Farrapos, Fátima, São Luís. As subestações também são responsáveis pela alimentação elétrica auxiliar de seis mil e seiscentos megawatts, que é a energia que alimenta os diversos equipamentos distribuídos ao longo da ferrovia. Todos os equipamentos são controlados e podem ser comandados remotamente a partir do centro de controle operacional, através do sistema de controle de energia - Sistema elétrico simplificado - subestação.

Então, vamos verificar como atua o sistema de transporte de passageiros de massa em Porto Alegre. Sistema de sinalização - o sistema de sinalização do trem suburbano, como principal finalidade de controle do deslocamento e a movimentação dos trens ao longo das vias metropolitanas utilizando uma lógica de segurança básica no princípio da falha e tal e tal e tal, aí discorre.

Um dos controles realizados pelo sistema de sinalização e controle que impede a automatização, estão aqui - o sistema de sinalização também é responsável pelo controle automático de velocidade permitindo aos trens que se desenvolvam numa velocidade mais segura conforme as características da via - a velocidade pré-estabelecida para os trens são de 30, 50, 70 e 90 quilômetros por hora. O objetivo da sinalização de bordo, equipamento de sinalização dentro dos trens é garantir a segurança da movimentação dos trens, impedindo que falhas humanas ou defeitos em seus equipamentos resultem em situações que possam causar acidentes com danos físicos aos usuários. A sua função principal é impedir que trens trafeguem com velocidade superior ao permitido.

Então, senhores deputados, na verdade, eu poderia hoje me alongar mostrando, falando um pouco, por exemplo, do sistema que funciona no Rio de Janeiro e como ele funciona; poderia me alongar falando do sistema de Belo Horizonte, como ele funciona há muitos anos; - poderia me alongar falando aqui do sistema de Recife onde tem 53 quilômetros, sendo 21 quilômetros

elétricos, aonde ele transforma em média 38 mil passageiros/ano. Eu poderia me alongar para discorrer aqui sobre as linhas que São Paulo executa, a linha Noroeste que liga a cidade de Jundiaí ao centro de São Paulo, a linha B-Oeste que liga a estação Júlio Prestes ao centro de São Paulo, poderia falar da linha C-SUL que liga Osasco a Virgínia, extremo da capital, 36 quilômetros, poderia falar da linha D-Sudeste que tem 51 quilômetros, poderia falar da chamada linha do Tronco Leste, linha que liga o município de Mogi das Cruzes à cidade de São Paulo, que possui 48 quilômetros de extensão, contendo 15 estações.

Senhores deputados, poderia falar de São Paulo da linha F-Leste, poderia falar do Capão Redondo, enfim, poderia falar de um sistema de transporte coletivo de massa muito mais eficaz, muito mais barato, muito mais seguro, muito mais ecológico que é o transporte através do trem elétrico que Curitiba, segundo os técnicos que fizeram este estudo, disseram que nós temos o melhor sistema de transporte de massa do mundo, já pronto, e que os governantes ignoram que nós temos uma estação de trem no lado da estação rodoviária de Curitiba que está lá disponível, que liga Araucária, que liga em linha reta até a Renault de São José dos Pinhais, que já foi feita inclusive a terraplanagem, que é só colocar os trilhos e fazer o sistema de transporte mais barato, que passa o trem em Almirante Tamandaré, que passa o trem em Rio Branco do Sul, que passa o trem aqui na nossa Itaperuçu e que fazendo mais 16 Kms, de rede, exatamente no linhão, que existe da Copel, que liga o Bairro Tatuquara, vamos passar pela Cidade Industrial, vamos ao Contorno Norte e chegaremos a Rio Branco do Sul.

Estaremos interligando o transporte regional metropolitano, por três.

Estaremos desafogando o centro de Curitiba, porque o cidadão que mora em Almirante Tamandaré ou Araucária não precisará passar pelo centro de Curitiba. Ele vai diretamente da estação, pelos trilhos e quando precisa de um ônibus, desce ao lado de uma conectora, de uma rápida e embarca em um ônibus e segue a sua viagem urbana.

Não podemos viver mais com o caos, presenciando o “stress” dos passageiros de ônibus, Tudo converge para o centro de Curitiba. Isso está tornando inviável o transporte de Curitiba. É imoral, porque o que está se fazendo é atender os interesses das empresas de ônibus, cedendo ao grande monopólio e o grande “lobby” das empresas de pneu. O que está se fazendo é um grande sacrifício a mais para o trabalhador, sendo que poderíamos, simplesmente, promover um convênio com a Rede Ferroviária Federal e encamparmos essa concessão, como fizeram as outras metrópoles do Brasil, para ter um transporte alternativo - em dois anos ele se paga.

Os trens poderão ser comprados em Trento, na Itália, na Espanha ou em Portugal ou em qualquer parte do mundo, assim como fizeram São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. E não vir com

uma proposta de um empréstimo de 800 milhões de dólares, para fazer um elevado, que em um primeiro momento irá executar 13 km, atendendo 20 mil pessoas/dia, ligando a BR-116 ao centro de Curitiba.

Com muito prazer concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

### **O Sr. Luiz Carlos Zuk**

V. Exa., deputado Neivo Beraldin, levanta uma das questões mais delicadas da Capital do nosso Estado. O exemplo que V. Exa. cita de outras capitais da nossa Nação, faz com que os bons exemplos sejam seguidos. Eu queria cumprimentar, inicialmente, V. Exa., pela idéia e, principalmente, pela maneira pela qual V. Exa. vai conduzir esse processo.

Sabemos perfeitamente bem e eu queria que V. Exa. transmitisse aos demais deputados, o envolvimento e o engajamento nesse processo da Associação Comercial Industrial do Paraná; do SDL; dos Clubes de serviço: Rotary e Lions; da Maçonaria; enfim, da sociedade organizada, nesse simpósio que V. Exa. vai realizar nesta capital, com pessoas ligadas a esse assunto, de nível nacional e internacional, para que o atual prefeito de Curitiba acorde e veja, realmente, o que é melhor, mais barato, mais racional, e, principalmente, mais econômico, porque, quem vai “pagar o pato” é o povo curitibano e o povo paranaense, como sempre têm pago.

Parabéns, deputado!

### **O SR. NEIVO BERALDIN**

Muito obrigado, deputado Zuk. Vosso aparte contribui com o nosso pronunciamento.

Eu gostaria de fazer uma leitura, dos tipos de trem que tem São Paulo. Prestem atenção! “Possui uma frota operacional composta de vários tipos de trem. Cada modelo adequado às diferentes características de trajeto: seja sinalização, topografia, distância entre as estações e até a qualidade de passageiros atendido pela linha. Os trens são de várias origens e foram fabricados em épocas diferentes. Os mais antigos foram ou estão sendo modernizados, pela CPTM. Todos os modelos apresentam carros de aço carbono, com quatro ou oito portas. Ao todo, a CPTM opera hoje 10 modelos de trens. Os mais modernos são os trens espanhóis da linha 2000, fabricados em 99 que formam o expresso Leste, trecho de São Paulo. Tem também o com ar condicionado, com música ambiente; são os da série 2.100, também espanhóis, usados na linha C, Leste-Sul, linha D, Luz - Rio Grande da Serra, que foram amortizados e entraram em operação em 98. A empresa coloca diariamente em circulação cerca de 100 composições que operam em diferentes regiões com mais de 100 trens.

Então, senhores deputados, por exemplo, Maringá poderia perfeitamente ter um transporte passando por Sarandi, indo a Cianorte, Apucarana, Londrina, Cambé, por trem. Está feito o serviço, vamos retirar o trânsito da nossa população.

Então, a Praça Rui Barbosa, a Guadalupe que abas-tece, que a população no final da tarde acaba se amontoando para seguir como sardinha em lata, no ônibus, pagando uma passagem cara, sendo que ela poderia embarcar numa estação com hora marcada de saída e hora marcada de chegada. Por que é que não se quer essa solução? Por que é que Curitiba e a região metropolitana, não digo a região metropolitana, porque ela não entra nesse contexto. Curitiba tem uma média de 10 reais per capita de investimento, de infra-estrutura por habitante, a região metropolitana em média tem um. O cidadão mora na região metropolitana e trabalha em Curitiba.

Então, esta solução via trens poderia atender o interesse metropolitano. Curitiba e região metropolitana. Por isso estamos entusiasmados nesse processo, porque fomos conhecer as outras experiências brasileiras, conhecemos e procuramos conhecer as experiências do primeiro mundo, no caso da Itália, Portugal, Espanha, França outros países que utilizam desse sistema de transporte de massa, e queremos com isso chamar a atenção e mobilizar o deputados e a Prefeitura de Curitiba e da região metropolitana, para que entrem nesse contexto, nesse debate, porque nós estamos absolutamente seguros que é um debate que vai facilitar em muito, a nossa população trabalhadora. Ela vai pagar um transporte mais barato, mais ecológico e, evidentemente, mais seguro.

Então, não é lógico a prefeitura de Curitiba não se manifestar sobre este tema. Ela simplesmente se cala, e quando o assunto toma corpo nas ruas ela encomenda um projeto para retirar os trilhos, porque poderemos então inviabilizar uma idéia que custa 800 milhões de dólares.

Não é lógico, não é possível que a população, a classe política, o IPUC, não é possível que eles não tenham pelo menos uma opinião para dar sobre este tema, que o Brasil inteiro já adotou. Quer agora rapidamente retirar os trilhos para fazer uma nova avenida, para vender pneus Goodyear, Firestone, gasolina, para estressar o povo, para meter o pedágio, sendo que podemos usar aquilo que já está pronto.

Então, senhores deputados, nós pretendemos se esta Casa nos prestigiar, realizarmos aqui um seminário, aonde convocaremos e convidaremos os administradores desse sistema em outros Estados, para que venham aqui, nos contar as suas experiências. Nós esperamos que esse encontro possa ser um encontro que mereça atenção da Prefeitura de Curitiba e do governo do Estado.

Precisamos discutir esse assunto. O que nós não podemos aceitar é que se retire os trens, que são extremamente úteis para a população, para colocar mais uma via de transporte coletivo, que não se faça mais despesa com o dinheiro do contribuinte, porque, quando se endivida a prefeitura, está endividando o cidadão.

### **O Sr. Algaci Tulio**

Cumprimento V. Exa. pela matéria interessante, tem o seu lado positivo e o seu lado negativo.

Por isso que V. Exa. chama o assunto para o debate. Sendo eu um parlamentar aqui de Curitiba, da Região Metropolitana, tendo sido já vice-prefeito por duas oportunidades, vereador de Curitiba como V. Exa. não poderia evidentemente deixar de participar desse debate.

Primeiro, quero dizer-lhe que não entro no mérito da forma do metrô, se ele vai ser subterrâneo, aéreo, em nível, se será elétrico, sobre trilhos, ou pneus. Só quero entrar nesse debate, até porque também andei discutindo já em relação ao seu projeto com alguns técnicos, já tive algumas informações com o pessoal do IPUC.

Parece-me que o projeto adotado pelo prefeito Cássio Taniguchi, já está consolidado, até porque o financiamento já é feito com antecedência, já colocando dentro do projeto o trajeto, quilometragem e tudo o mais.

Mas, não estou aqui para defender o prefeito Cássio Taniguchi; apenas estou dando essa informação.

Mas, quero dizer a V. Exa. se tem uma luta que participei ativamente, até muito antes de ser vereador, era da retirada dos trilhos nesse trecho da Rede Ferroviária, que corta 18 bairros de Curitiba, e vai terminar lá em Rio Branco do Sul.

Não é mais compatível com o crescimento da cidade. Vejo a inviabilidade do seu projeto por este ramal ferroviário. Não sei qual seria a forma. Seria quando chegasse a cada esquina? A cada 150 metros, nós temos uma travessia da linha ferroviária que corta, aqui, desde a Estação Rede Ferroviária até o bairro da Cachoeira, divisa com Almirante Tamandaré.

Esse trecho iria exigir pelo menos, por baixo, umas 15 passagens ou subterrâneas ou aéreas. Daí que a gente vê que pode inviabilizar na questão de custo. Também, causa-me um pouco de preocupação que, utilizando esse ramal, não atingiria a demanda de passageiros conforme estudo que tem hoje a Prefeitura de Curitiba.

Não seriam as partes mais importantes, aonde há uma densidade populacional, como nós temos nas regiões do Pinheirinho, do Boqueirão, Campo Comprido, muito embora essa parte norte de Curitiba, não tenha sofrido uma densidade populacional, como sofreu a área sul da cidade de Curitiba.

Apenas quero dizer a V. Exa. que, em relação ao seu projeto, acho meritório, tem que ser debatido. Porém, entendo eu que teria que se achar uma outra alternativa, e não se usa esse antigo ramal da Rede Ferroviária Federal, porque ninguém mais suporta tanto barulho e buzina de trem, como eu agüento todas as madrugadas, 3 horas da madrugada, cinco e meia da manhã, quando já estou me acordando. Eu já me habituei, mas ele se torna impraticável por estar totalmente dentro da área urbana da cidade de Curitiba.

De qualquer maneira, parabênizo V. Exa. e vamos debater. Quem sabe a gente encontra aí um caminho mais barato para se implantar o metrô na cidade de Curitiba.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Deputado Algaci Tulio, acolho o seu aparte, com muito carinho. Eu sei que V. Exa. já esteve falando inclusive com o autor do projeto técnico que é o engenheiro Airton Cornelsen. A sua preocupação é com a buzina e o barulho....

**O Sr. Algaci Tulio**

Não, a minha preocupação não é só com a buzina e o barulho, a minha preocupação é com o sistema viário.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Mas eu posso colocar? Passam os trilhos na frente de sua casa, tem buzina que o outro não terá, esse trem que passa na sua casa faz barulho, que o outro não fará, porque é elétrico, a máquina é possante, porém silenciosa. E também este tem borracha especial, nos pneus, que não faz barulho, muito menos barulho do que uma freiada de ônibus.

Bom, hoje o trem de carga está passando nessa região, agora este trem que nós estamos propondo, 700 passageiros numa única vez! V. Exa. disse que precisa fazer algumas galerias, ora, é um escavado, uma trincheira, o carro passa por baixo e o trem passa por cima, onde tem movimento. Onde não tem será feito como na Holanda, uma cancela, não há necessidade de trincheira, uma cancela, como o portão da nossa garagem de casa.

Eu acho que o fato de passar em todos esses bairros de Curitiba e da região metropolitana daí a grande viabilidade do projeto porque as pessoas vão preferir sair de Rio Branco do Sul de trem do que vir para a capital de carro, porque se a partida do trem é 10 horas, conforme determinação do computador 10 e tal, está no seu objetivo.

Então, nós não podemos entender por que São Paulo tem uma empresa constituída que opera 270 quilômetros de linha de trem, por que Porto Alegre tem uma empresa que opera, e com muita competência, por que Recife opera com muita competência? Por que em Belo Horizonte o governo federal pagou o custo para colocar lá o transporte elétrico metropolitano? Por que o governo federal deu a concessão e pagou o custo para o transporte de passageiros do Rio de Janeiro? E por que nós, aqui, eu vou convidar o senador Osmar Dias para que ele venha aqui ou que ele receba uma delegação, no Senado Federal, para que ele faça uma consulta popular, em Curitiba, através das entidades organizadas, para saber se deve o Senado avaliar um financiamento desses para Curitiba, ou não. Porque eu acho que o Senado da República tem que conhecer a finalidade da aplicação dos recursos e o custo-benefício.

Por isso, eu quero levar isso para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para que possamos discutir junto com o Crea, com a Associação Comercial, com as Prefeituras, com o IPUC, junto com Curitiba, essa idéia que é muito mais barata, como já disse, muito mais justa e, sobretudo, vai oferecer um transporte com quali-

dade, menos preço, ecologicamente correto e com uma tarifa muito mais justa.

Muito obrigado.

**O SR. CESAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, rapidamente, só para comunicar à Mesa Executiva que, apesar do meu companheiro de Bancada, deputado Marcos Isfer, insistir para que eu continue na Liderança, havíamos acordado o ano passado que faríamos o rodízio da Liderança. E, logicamente, ele faz esta insistência pela sua grandeza de caráter, peculiar de sua pessoa e estou comunicando à Mesa que estou passando a Liderança do PPS ao deputado Marcos Isfer.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente comunicado. Pedimos que a Diretoria Legislativa tome as providências cabíveis, embora fosse importante comunicar por escrito à mesma.

No Horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente e senhores deputados.

Não sei se é do conhecimento de todos os deputados, mas pelo menos alguns fatos já foram relatados pela imprensa a nível nacional.

A empresa da governadora do Estado do Maranhão, hoje candidata à Presidência da República, Roseana Sarney, foi invadida na sexta-feira passada pela Polícia Federal, com mandado de busca e apreensão, numa de suas empresas.

Lá foram encontrados alguns documentos, fartamente noticiados por duas revistas de circulação nacional, a revista Época e a revista Veja, inclusive com extrato de remessa de recursos para o exterior, na ordem de 50 mil dólares, para paraísos fiscais.

Após este desdobramento que o Brasil inteiro está acompanhando, neste mesmo final de semana, não tinha sido noticiado, mas algumas empresas do Estado do Paraná também foram invadidas pela Polícia Federal.

E agora as notícias saem a público através da Folha de São Paulo, na data de hoje. Estou aqui com o exemplar da Folha, que diz o seguinte: "Polícia Federal faz busca em empresa ligada à Sudam, a empresa Nova Holanda, que fez doações para a campanha da Roseana Sarney; sócio da Usimar, no Paraná, é investigado pela Polícia Federal e estatal do Paraná aplicou na Sudam."

Destas notícias da Folha de São Paulo, o que me deixou surpreso é a explicação dada pela Copel e a explicação dada pelo sócio da Usimar, controlador da Usimar, que é um empresário aqui de Curitiba, são duas empresas com o nome Hubner: a New Hubner e a Hubner. Uma delas conheço pessoalmente, não sei a qual se referem estas notícias aqui, esta empresa é controladora de um projeto chamado Usimar, que seria na ordem de 1 bilhão e 380 milhões para construção de uma empresa de autopeças lá no Maranhão.

A Sudam financiou e autorizou, na gestão do Fernando Bezerra coordenada pela Roseana Sarney, a liberação de empréstimos na ordem de 600 milhões de reais para a construção da Usimar. A primeira parcela foi de 25 milhões e a segunda parcela, dois meses depois, de 22 milhões de reais. Total que a Hubner, esta empresa controladora, recebeu da Sudam: 44 milhões.

Pois bem, não há uma única construção, nenhum galpão da Usimar construído. E 44 milhões, ninguém sabe aonde foi. Nos relatos, depoimentos e declarações à imprensa que este senhor Hubner dá, a respeito do porquê o projeto faliu, veja só que a contrapartida da Usimar, desta empresa daqui de Curitiba, no Paraná, na ordem de 600 milhões de reais, só não foi levada a cabo porque tinha um crédito a receber e que não recebeu do Governo do Estado do Paraná e, conseqüentemente, não pôde aplicar na Usimar, lá no Maranhão.

Então, esta informação dada à Polícia Federal e à Procuradoria Geral aqui no Estado do Paraná de que a Usimar, as empresas Hubner teriam crédito a receber do Governo do Estado do Paraná, deixou-me surpreso.

Será que é verdade isso? Que o governo do Estado do Paraná nesta ordem de seiscentos milhões de reais, pretendia ou induziu ou acertou onde estão os documentos? Pretendia participar da construção de uma autopeças na ordem do investimento de 1 bilhão, lá no Estado do Maranhão?

Sem sombra de dúvida essa é uma preocupação que todos nós paranaenses temos, esse senhor precisa dar uma explicação!

Disse à Polícia Federal, disse à imprensa que não concretizou o investimento porque a contrapartida que seria de recursos oriundos de créditos tributários do Estado do Paraná não foram repassados. Ora, o secretário da Fazenda, seja ele o Sr. Ingo, seja o Sr. Gionédís, ex-secretário, precisa confirmar a versão desse senhor.

Se existiu esta negociação, se não existiu, se existem papéis a esse respeito, acredito que a Polícia Federal e o Ministério Público vão chegar lá.

Acredito que o procedimento das investigações vão acabar trazendo isso à luz, mas a Assembléia Legislativa precisa saber; é dinheiro dos contribuintes paranaenses num investimento à Sudam, ao Jader Barbalho, lá do Maranhão, enquanto que os empresários daqui do Paraná não recebem um único centavo de estímulo do ponto de vista para favorecer o comércio, a indústria, ou a agricultura.

Outra notícia que me espanta e deixou-me surpreso: a Copel investiu numa empresa agrícola. O Paraná, se não me engano, é campeão na produção de grãos; temos milhares de produtores rurais que plantam soja, milho, algodão, etc.

A Copel investiu 44 milhões de reais de créditos da União num projeto agrícola da Nova Holanda, empresários paranaenses, 14 mil hectares, que em alqueires dá perto de seis mil alqueires no Maranhão.

Não vou discutir se o dinheiro for aplicado, o total é 22,4 milhões. Será que isso foi suficiente para comprar semente? Tem lá 14 mil hectares plantados de soja. Quanto custa isso? Dizem que isso foi aplicado para comprar adubo, para fazer correção de solo, foi comprado colheiteiras.

Vamos supor que este investimento seja legal como a Copel diz. Quero saber o seguinte: a Copel tem créditos tributários para fazer empréstimos? Quantos empresários do Paraná receberam? Se algum recebeu... A Cocamar recebeu? A Coopavel? Essas cooperativas, os produtores rurais, receberam?

Então, são perguntas, porque é um investimento ligado à Sudam, no Maranhão, uma terra distante que não temos o controle, não sabemos o que está acontecendo. A empresa de energia elétrica do Estado do Paraná decide aplicar 22 milhões de reais num empreendimento agrícola lá no norte do nosso País!

Eu me pergunto se há uma decisão do Conselho Administrativo da Copel, de ajudar a produção agrícola do nosso País? Cabe a pergunta: esta ajuda tem sido feita aqui para o Estado do Paraná? Os paranaenses têm recebido o mesmo carinho da Copel? É somente este o investimento da Copel?

Ora, meus caros amigos deputados estaduais, sejam da Situação, sejam da Oposição, não podemos permitir que esse tipo de informação paire sem que tenhamos o mínimo conhecimento a esse respeito.

Estou com um requerimento na Casa, em que peço informações da Copel a respeito desses investimentos na área agrícola.

Gostaria de obter apoio dos senhores.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Apenas para fazer um comunicado à Mesa e uma cobrança à Comissão Executiva.

Em junho do ano passado, esta Casa aprovou um requerimento que solicitava informações de onde o governo aplicou os mais de 500 milhões de publicidade e propaganda. O requerimento foi aprovado e ninguém respondeu, e a Casa não tomou providência!

Gostaria que ficasse mais uma vez registrado nos Anais, que no dia 19 de junho a Assembléia Legislativa requereu uma série de informações ao governo e ele não remeteu.

Tenho denunciado isso constantemente e, infelizmente, se constata o silêncio absoluto.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente indicando o nome do senhor deputado para responder pela Liderança do Partido Popular Socialista, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a instituir o Programa “Kit de Material Didático Escolar”, para o ensino fundamental da rede pública estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 506/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado a instituir o Programa Kit de Material Didático-Escolar, para o ensino fundamental da rede pública estadual, apoiando-se nos artigos 177; 178, inciso I e 179, inciso IX da Constituição Estadual.

Art. 2º - Para a instituição e consolidação do programa suplementar de que trata o artigo 1º, o governo do

Estado poderá firmar convênios com empresas da iniciativa privada.

Art. 3º - O Kit Escolar será composto de material básico para aprendizado no ensino fundamental, obedecendo-se uma composição didático-pedagógica.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.03.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre inutilização de lotes de medicamentos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28.11.2000).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2001, de 08.05.2001).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Nova Prata do Iguazu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso da PR 484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19.09.2001).**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 502/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2001, de 08.10.2001).**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o governo do Paraná, extinguir a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias de Serviço, o ICMS, nas operações de compra e venda de medicamentos genéricos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 406/2000

A presente emenda aditiva acrescenta parágrafo único ao artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Artigo 1º -...

Parágrafo Único - O benefício de que trata esta lei será implementado após deliberação favorável neste sentido, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ”.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Tureck, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Hidekazu Takayama.

**O projeto foi encaminhado à CCJ.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da rede pública estadual de ensino no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto Emenda Supressiva de Plenário ao Substitutivo Geral da CCJ, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 429/2000

A presente emenda supressiva, tem por objetivo, suprimir do substitutivo geral da CCJ o artigo 2º proposto, renumerando o artigo 3º como artigo 2º.

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Tureck, Ademar Traiano, Hidekazu Takayama, Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a lei é incompatível com a natureza autorizatória da proposta legislativa. No mais, o disposto invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

**O Projeto será encaminhado à CCJ.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para doação de sangue. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a mudar a ope-

radora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 180/2001

A presente emenda modificativa objetiva alterar a redação dos artigos 5º e 6º do Projeto de Lei nº 180/2001, além de suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário” de seu artigo 7º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º -...

Art. 5º - O Poder Executivo poderá destinar na forma da lei, recursos orçamentários para gastos pertinentes ao programa e em ações de saneamento que visem complementar as ações implementadas no âmbito do PROFICAR.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá definir o organismo estadual que coordenará as ações do âmbito do PROFICAR e articular, com municípios, a iniciativa privada e as comunidades rurais, a implementação do programa.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 06.03.2002.

(a) NELSON TURECK

Apoiamento:

Carlos Simões, Ademar Traiano, Durval Amaral, Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

A proposição é incompatível com sua natureza autorizatória, porque invade competência exclusiva do Poder Executivo.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Com-



plementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

## ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396//2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de conta em dias específicos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, desculpe, não ouvi, não sei se foi colocado para apoio um projeto de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Foi.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito minha inscrição em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está inscrito.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 314 a 316, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 319 a 323 e 334, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 324 e 325, autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 329 e 330, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 332, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 333, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 335, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 337, de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 326, 327 e 328 de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente, por atacado.

Todos os requerimentos do deputado Marcos Isfer, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os três requerimentos estão adiados na forma regimental, de acordo com o artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 331, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

## Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Berardin, inscrito.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Não fosse a minha assessoria, não teria a oportunidade de ler este requerimento aprovado pela Assembléia Legislativa, no dia 19 de junho de 2001, visto que a assessoria da Mesa diz que o mesmo foi para o arquivo geral.

Então, vamos conhecer o requerimento aprovado.

Súmula: Requer o envio de expediente ao governo do Estado do Paraná.

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, requer envio de expediente ao senhor governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

a) prestação de contas do Banco do Estado do Paraná, referente ao exercício de 98, não fornecido ao Tribunal de Contas do Estado, bem como o programa de saneamento do Banestado;

b) prestação de Contas do Governo do Paraná referente ao exercício de 99 a 2000;

c) relatório dos técnicos do tribunal de Contas, referentes auditorias realizadas no programa Projeto de Qualidade do Ensino Público a Educação, contendo parecer com ressalvas;

d) qual o valor recebido por empresa vencedora da licitação de publicidade do Governo, como e para onde

destinou os recursos recebidos, e especificar os nomes dos veículos beneficiados, valores e datas das faturas dos contratos com cópias dos mesmos, justificando a despesa;

e) contratos de venda de parte da Copel e da Sane-par;

f) discriminar despesas com implantação de montadoras no Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados: impossível esse governo responder esse requerimento. Impossível! Não vai responder, como não respondeu, visto que esta Casa aprovou em junho de 2001.

Não poderá responder, porque respondendo estará confessando. Então é melhor renunciar! Isto que é preciso entender, para conhecimento desta Casa e do povo do Paraná.

A Casa Legislativa que representa o povo, aprova um requerimento e o governo se faz de cego, surdo e mudo! Não designa nenhum líder para dizer que não pode responder porque não tem condições de responder, porque cometeu, para não dizer algo mais grave, equívocos contábeis. Malversação de dinheiro público. Uma vergonha!

Uma vergonha que nós evidenciamos aqui, e que passamos um recibo a semana passada, aonde muitos deputados, inclusive da Oposição, não compareceram ao plenarinho da Assembleia Legislativa, quando o secretário da Fazenda esteve para prestar contas do 3º quadrimestre do ano de 2001.

Sinceramente, senhores deputados, eu, o deputado Strapasson, deputado José Maria, deputado Nereu Moura, o deputado Zuk, o Ghellere, e poucos estivemos lá. Do PT, não estava nenhum!

Nenhum, para poder indagar ao vivo, do secretário da Fazenda, dados e números oficiais que estão escritos na Prestação de Contas. Nenhum para fazer a Oposição, para fazer com que o secretário viesse e relatasse à viva voz. Fiquei pensando comigo mesmo: estamos precisando zerar este jogo. Porque parlamentares são eleitos para representar o povo e é nesse momento que têm que representar, no momento da Prestação de Contas, onde o secretário da Fazenda diz: olha, deputado, os números, a prestação de contas do dinheiro público nós comentamos favorável ou contra.

Não! Não! Tem que prestar contas, sim, na venda do Banestado! Foram cinco bilhões e seiscentos milhões para vender por um bilhão e seiscentos! Tem que prestar contas, sim, porque o que se vê hoje no Maranhão é “fichinha” perto do que tem no Paraná. Aliás, deve se coligar, porque ambos têm uma filosofia: governar é passar dinheiro público para a iniciativa privada, governar é fazer do Estado um grande negócio.

É isso que nós temos que interromper no Estado do Paraná e quando não se ouve a voz dos representantes do povo manifestar-se firmemente com a prestação de contas, porque nós aprovamos o Orçamento, nós temos que fiscalizar o Orçamento! Não podemos permitir e aceitar que deputados da Situação e muito menos da Oposição se omitam no dever cívico, que é de representar o voto!

Muito obrigado.

#### O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o artigo 90, parágrafo 5º da Constituição, combinado com o artigo 55, diz que a Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV, do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Então, diante da denúncia do deputado Neivo Beraldin, de um requerimento aprovado nesta Casa, solicito que a Mesa aplique o disposto do artigo 90, combinado com o artigo 55, às autoridades que não responderam à Assembleia Legislativa as informações solicitadas.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência desta Sessão vai entrar em contato com a Executiva para ver onde está o requerimento, se ele foi ou não enviado, se houve ou não resposta, para que o deputado Neivo possa ser atendido na sua solicitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 575, 608, 619, 622, 647, 649, 654, 657, 659, 688, 689 e 697/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 228/99, 066/2000 e 251/2000.

Levanta-se a Sessão.